

Tramitação
2024/07/10

Beitfakt



Procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho de Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior- Área de Marketing e Relações Externas, conforme caracterização no mapa de pessoal

Ata 1

A vinte de junho de dois mil e vinte e quatro, reuniu o júri do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho de Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior para a Direção de Marketing e Relações Externas, conforme caracterização no mapa de pessoal, autorizado por despacho de 28 de maio de 2024 do Presidente da ISEG.

A ordem de trabalhos da reunião foi a seguinte:

1. Definição dos requisitos de admissão;
2. Definição dos parâmetros de avaliação e respetiva ponderação dos métodos de seleção a utilizar, da grelha classificativa e do sistema de valoração final de cada método;
3. Elaboração do Edital;

1. Definição dos requisitos de admissão

1.1 Gerais — Ser detentor, até à data limite para apresentação da candidatura, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 Anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

1.2 Habilitacionais — Titularidade de licenciatura ou grau académico superior, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

2. Definição dos parâmetros de avaliação e respetiva ponderação dos métodos de seleção a utilizar, da grelha classificativa e do sistema de valoração final de cada método.

Bealpa
[Handwritten signature]

2.1. Métodos de seleção a utilizar (Nos termos do disposto no artigo 36.º, da Lei n.º 35/2014, de 10 de junho):

- a) Métodos de seleção obrigatórios: provas de conhecimentos (PC) e avaliação psicológica (AP);
- b) Método de seleção complementar: entrevista profissional de seleção (EPS).

2.2 — Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 36.º, da Lei n.º 35/2014, de 10 de junho, exceto quando afastados, por escrito, pelos candidatos que, cumulativamente, sendo titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar, ou encontrando-se em situação de requalificação tenham estado, por último, a desempenhar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, os métodos de seleção adotados, serão:

- a) Métodos de seleção obrigatórios: Avaliação curricular (AC) e entrevista de avaliação de competências (EAC).
- b) Método de seleção complementar: entrevista profissional de seleção (EPS).

Prova de conhecimentos (PC): visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício de determinada função. As competências técnicas traduzem-se na capacidade para aplicar os conhecimentos a situações concretas e à resolução de problemas, no âmbito da atividade profissional. A prova de conhecimentos incide sobre conteúdos de natureza genérica e/ou específica, diretamente relacionados com as exigências da função, sem consulta.

Avaliação psicológica (AP): a avaliação psicológica visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às

exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido.

Avaliação curricular (AC): visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente, a habilitação académica e/ ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

Entrevista de avaliação de competências (EAC): a entrevista de avaliação de competências visa avaliar numa relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências requeridas para o exercício da função.

Entrevista profissional de seleção (EPS): visa avaliar de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, bem como a capacidade de comunicação e o relacionamento interpessoal.

2.3. Valoração dos métodos de seleção:

- a) Na Prova de Conhecimentos é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas;
- b) A Avaliação Psicológica é valorada através dos níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido ou Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores;
- c) A Entrevista Profissional de Seleção é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. O resultado final da entrevista profissional de seleção é obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar;

Handwritten signature

Handwritten signature

d) A Avaliação Curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas (ver densificação abaixo);

A classificação da avaliação curricular é obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos seguintes elementos:

i) Habilitação Académica (HA) - neste parâmetro será ponderada a habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida, da seguinte forma:

- Habilitações académicas de grau exigido à candidatura, Licenciatura ou Mestrado : 5 valores;

- Habilitações académicas equivalentes a posse do grau de Doutor: 10 valores;

- Habilitações académicas de grau exigido à candidatura, Licenciatura na área de Marketing, Gestão e Comunicação: 10 valores;

- Habilitações académicas de grau exigido à candidatura, Mestrado nas área de Marketing, Gestão e Comunicação: 15 valores;

- Habilitações académicas equivalentes a posse do grau de Doutor nas áreas de Marketing, Gestão e Comunicação: 20 valores;

ii) Formação Profissional (FP), neste parâmetro apenas serão considerados os cursos de forma ao na área de atividade específica para que é aberto o presente procedimento concursal, que se encontrem devidamente comprovados ou declarados sob compromisso de honra e cuja atualidade seja demonstrada.

A formação profissional será avaliada de acordo com a seguinte fórmula, considerados os valores agregados de horas das ações de formação consideradas relevantes pelo júri. As formações relevantes devem ser formações na área funcional para o qual o concurso foi aberto ou relevantes para o desempenho das funções inerentes ao posto de trabalho:

$FP = 0,04 \times N$, em que N = número de horas de formação consideradas relevantes pelo júri nos últimos 5 anos. São consideradas relevantes as horas de formação que contribuam para um melhor desempenho da função a que concorre o candidato.

Os candidatos são pontuados até ao limite máximo de 20 valores.

iii) Experiência profissional (EP), com incidência sobre a execução de atividades inerentes aos postos de trabalho e ao grau de complexidade das mesmas.

O fator EP é constituído por dois subfactores:

Será avaliado o exercício de determinadas funções (F) que se considera contribuir para o aumento da Experiência profissional no exercício das funções inerentes ao cargo a concurso, valorizando-se:

1. Ter experiência em Marketing;
2. Ter experiência em Marketing Digital e CRM;
3. Ter experiência na gestão de redes sociais;
4. Ter competências e experiência na produção de conteúdos para a promoção de produtos e promoção institucional;
5. Ter facilidade no manuseamento de ferramentas informáticas;
6. Ter experiência em desenvolvimento e acompanhamento de campanhas em redes sociais, coordenação de conteúdos, medição e análise dos resultados;
7. Ter experiência em gerir e implementar planos de Marketing Internacional: Implementação de campanhas digitais, *landing pages*, acompanhamento das *leads* e medição e análise dos resultados;
8. Ter experiência em implementação de planos de comunicação;
9. Ter experiência na Criação de *press releases* informando os media de novos produtos;
10. Ter bons conhecimentos de inglês;

A pontuação do subfactor F resulta do apuramento, em concreto, do número total das alíneas identificadas em que o candidato possui Experiência de desempenho efetivo, expresso num valor numérico de 1 a 10

A EP será ainda classificada tendo em conta o tempo (T) de desempenho efetivo de funções na área para a qual é aberto o presente Procedimento de acordo com a seguinte tabela, e respetivo ponderador:

até 1 ano	0,7
> 1 ano e até 5 anos	0,8
> 5 anos e até 10 anos	0,9
> 10 anos	1

Havendo ponderações diferenciadas por função, o T será a média simples dos ponderados respetivos atribuídos em função do tempo de desempenho efetivo.

A pontuação final a atribuir ao fator EP resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$EP = \left(\frac{20}{10} \times F \right) \times T$$

Os candidatos são pontuados até ao limite máximo de 20 valores.

iv) Avaliação do Desempenho (AD), relativa ao último período (não superior a três avaliações) em que o candidato cumpriu ou executou atividades idênticas às do posto de trabalho a ocupar.

A respetiva ponderação terá lugar por referência à média das últimas classificações de serviço, até ao máximo de três, atribuídas ao candidato nos momentos em que desempenhou funções atinentes ao posto de trabalho posto a concurso, sendo avaliada na sua expressão quantitativa e convertida à escala de 0 a 20 valores, em obediência ao disposto no nº 1 do artigo 85º da Lei nº66-B/2007, de 28 de Dezembro, (Lei do SIADAP) e ao nº1 do artº 17º da Portaria nº 83-A/2009 de 22 de Janeiro alterada e republicada pela portaria nº145-A/2011 de 6 abril, de acordo com a seguinte fórmula:

Conversão da escala do SIADAP para a escala de 0 a 20.

$$AD = (AvDesmp-1)*5$$

Em que:

AvDesmp = Avaliação de desempenho de acordo com o SIADAP

A nota final da avaliação curricular (AC) e calculada pela seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HA \times 6 + FP \times 3 + EP \times 10 + AD}{20}$$

e) A entrevista de avaliação de competências é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido ou Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

f) Classificação final:

A classificação final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando -se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (PC \times 45 \%) + (AP \times 25 \%) + (EPS \times 30 \%)$$

Para os candidatos que se encontrem nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 36.º, da Lei n.º 35/2014, de 10 de junho, exceto quando afastado por escrito, pelos candidatos que, cumulativamente, sendo titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar, ou encontrando-se em situação de requalificação tenham



estado, por último, a desempenhar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, a classificação final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (AC \times 40 \%) + (EAC \times 30 \%) + (EPS \times 30 \%).$$

São excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores ou menção de não apto num dos métodos ou fases, não lhes sendo aplicado o método ou fase seguintes.

A falta de comparência dos candidatos a qualquer dos métodos de seleção é equivalente à desistência do presente procedimento concursal.

3. Elaboração do Edital

O Edital de abertura do procedimento concursal encontra-se em anexo.

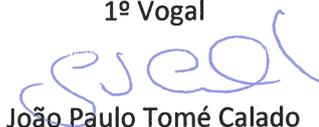
Sem mais assuntos a tratar subscrevem:

Presidente



José Manuel Cristóvão Veríssimo

1º Vogal



João Paulo Tomé Calado

2º Vogal



Maria Helena Soares Laymé